



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS
E MINORIAS

Ofício nº 386/2020-P

Brasília, 31 de julho de 2020

Sra. **E. Tendayi Achiume**

Relatora especial sobre formas contemporâneas de racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância relacionada

racism@ohchr.org

Senhora relatora,

1. A Lei 11.635/2007 institui no Brasil o 21 de janeiro como o Dia Nacional de Combate à Intolerância Religiosa. A data é a do falecimento da Iyalorixá Mãe Gilda, do terreiro Axé Abassá de Ogum, localizado em Salvador, na Bahia. Ela foi vítima de intolerância por ser praticante de religião de matriz africana. Acusada de charlatanismo, teve sua casa atacada e pessoas da comunidade foram agredidas. Ela faleceu no dia 21 de janeiro de 2000, vítima de infarto.¹
2. As religiões de origem africana com maior número de adeptos no Brasil são a umbanda e o candomblé, que representam apenas 0,3% da população brasileira, de acordo com o censo de 2010, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística², mas são aqueles que estão na mira da violência religiosa.
3. Entre janeiro de 2015 e o primeiro semestre de 2017, o Brasil registrou uma denúncia de intolerância religiosa a cada 15 horas, consoante levantamento da imprensa a partir de dados do Disque Direitos Humanos – Disque 100. Segundo a reportagem, a maioria das vítimas de intolerância

¹ <https://www.justica.gov.br/news/dia-nacional-de-combate-a-intolerancia-religiosa/>

² <https://censo2010.ibge.gov.br/noticias-censo?id=3&idnoticia=2170&view=noticia>



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS
E MINORIAS

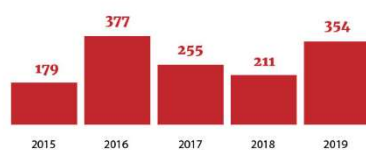
é de religiões de origem africana, com 39% das denúncias. Lideram o ranking umbanda (26 casos), candomblé (22) e as chamadas matrizes africanas (18), seguidas por católica (17) e evangélica (14).³

4. Dados do Disque 100 compilados pelo O Globo indicam que o número de denúncias de discriminação religiosa contra terreiros e adeptos de religiões de matriz africana como umbanda e candomblé aumentou no Brasil entre 2017 e 2018; foram 152 casos em 2018, contra 144 em 2017, enquanto o número de denúncias de discriminação contra outras religiões caiu 9,9%⁴.

5. Informativo sobre as denúncias formuladas ao Disque 100 no primeiro semestre de cada ano permitiram ao Jornal Brasil de Fato⁵ fazer a seguinte síntese do aumento da violência religiosa:

Denúncias de intolerância religiosa no Brasil

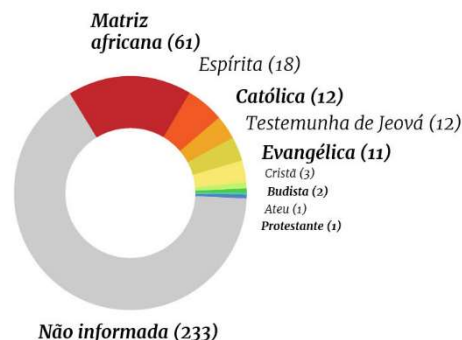
Dados do 1º semestre (janeiro a junho) de cada ano.



Fonte: Balanço Disque 100 - Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos

Nos casos identificados, ataques a religiões de matriz africana são os mais numerosos

Fonte: Balanço Disque 100 - Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos



6. Todas informações, como dito, resultam de dados obtidos pela compilação de denúncias recebidas pelo Disque 100, gerido pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Mas, **relativamente ao ano completo de 2019, o relatório do Disque 100 sequer traz informações**

³ <https://veja.abril.com.br/brasil/brasil-tem-uma-denuncia-de-intolerancia-religiosa-a-cada-15-horas/>

⁴ <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2019/11/20/denuncias-de-discriminacao-religiosa-contra-adeptos-de-religoes-de-matriz-africana-aumentam-55percent-em-2018.ghtml>

⁵ <https://www.brasildefato.com.br/2020/01/21/denuncias-de-intolerancia-religiosa-aumentaram-56-no-brasil-em-2019>



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS
E MINORIAS

de discriminação religiosa⁶. Solicitamos esclarecimentos a respeito à pasta, mas ainda não foram respondidas.

7. No estado do Rio de Janeiro, nos quatro primeiros meses de 2018, houve um aumento de 56% no número de episódios de intolerância religiosa, quando comparado ao mesmo período de 2017⁷.

8. São repetidos casos de violência psicológica, apedrejamentos, depredações, incêndios criminosos, atentados contra a vida e o sagrado, além do aumento dos discursos de ódio religioso. Muitos desses casos estão consolidados em nota técnica do Ministério Público Federal⁸, que também enviamos em anexo. Como exemplo, um terreiro de candomblé no entorno de Brasília foi saqueado e incendiado, e a casa de um babalorixá conhecido como “Babá Milton”, no Distrito Federal, sofreu um ataque após uma bomba ser jogada no telhado da residência, os dois fatos no mesmo final de semana, em novembro de 2018.

9. Segundo o procurador da República Jaime Mitropoulos, que assina a nota, a gravidade de diversos ataques pode enquadrá-los, além dos crimes da lei 7716/89, em terrorismo religioso: “São crimes de ódio contra humanidade que vêm sendo praticados em série. A reiterada violação aos direitos fundamentais vem interferindo na vida de comunidades que estão sendo impedidas de expressar sua fé e de viver de acordo com suas tradições e cultura”.

10. Nesse contexto de intolerância, em 2019 ocorreu censura ao documentário “Nosso Sagrado”, que seria exibido em mostra no Centro Cultural da Justiça Federal (CCJF), administrado pelo TRF-2. O filme abordava a questão do racismo contra religiões de matriz africana e foi desaprovado, em agosto, sob a alegação de adotar caráter partidário⁹.

11. As informações sobre a violência religiosa são precárias; em parte, pela própria omissão dos dados do Disque Direitos Humanos, como mencionado; em parte pela subnotificação.

12. Em 2015 existia no Brasil o Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos. A partir de 2018, a pasta passou a se chamar Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Nota-se que, no nome, as expressões igualdade racial e juventude foram substituídas pelo termo família.

⁶ <https://www.gov.br/mdh/pt-br/aceso-a-informacao/ouvidoria/balanco-disque-100>

⁷ <https://istoe.com.br/casos-de-intolerancia-religiosa-sobem-56-no-estado-do-rio/>

⁸ <http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/pfdc/midiateca/nossas-publicacoes/nota-tecnica-livre-exercicio-dos-cultos-e-liturgias-das-religoes-de-matriz-africana>

⁹ <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-50092030#orb-banner>



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS
E MINORIAS

13. O Ministério, em 2015, publicou o “Relatório sobre Intolerância e Violência Religiosa no Brasil (2011 – 2015)”¹⁰. Esse, porém, segundo pesquisa realizada pela Câmara dos Deputados, foi o último documento elaborado pelo Poder Executivo sobre o assunto.

14. A Comissão de Direitos Humanos e Minorias realizou, nas últimas legislaturas (2015-2018; 2019-2020), quatro audiências públicas sobre o tema da intolerância religiosa contra aquelas de matriz africana, nas datas de 25/11/2019¹¹, 28/06/2018¹²; 27/09/2017¹³ e 19/08/2015¹⁴. O teor delas, invariavelmente, são os ataques, fruto de discriminação, sofridos por religiões como umbanda e candomblé. A CDHM realizou também duas diligências. Uma, em 27/11/2015, ao Templo Axé Oyá Bagan de Mãe Baiana, no Distrito Federal, incendiado; outra, em 19/10/2017, ao Rio de Janeiro, para tratar de denúncias acerca dos ataques que os terreiros de candomblé e umbanda vem sofrendo por traficantes de drogas¹⁵.



15. *Figura 1 Templo de Axé Oyá Bagan incendiado em 2015 - Foto do CBMDF*

¹⁰ <http://direito.mppr.mp.br/arquivos/File/RelatorioIntoleranciaViolenciaReligiosaBrasil.pdf>

¹¹ <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdhm/noticias/201cgovernador-o-centro-de-umbanda-ja-foi-pro-chao201d-a-violencia-contra-povos-e-comunidades-tradicionais-de-matriz-africana>

¹² <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdhm/noticias/politicas-publicas-para-enfrentar-o-preconceito-e-a-intolerancia-religiosa>

¹³ <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdhm/noticias/religiosos-e-deputados-defendem-dialogo-para-combater-intolerancia-de-crenca>

¹⁴ <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdhm/noticias/comissao-realiza-dialogo-em-defesa-do-respeito-entre-religioes-e-da-laicidade-do-estado>

¹⁵ <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdhm/noticias/cdhm-conclui-diligencia-no-rj-e-debate-intolerancia-religiosa-e-sumula-70>



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS
E MINORIAS

16. Por outro lado, no sentido da garantia dos direitos dessas comunidades, no dia 28 de março de 2019 o Supremo Tribunal Federal decidiu, por unanimidade, que sacrifício de animais em cultos religiosos é constitucional¹⁶. Na quarta-feira anterior ao julgamento, as presidências da Comissão de Direitos Humanos e Minorias e da Comissão de Cultura da Câmara dos Deputados realizaram um encontro entre o presidente do STF, ministro Dias Toffoli e representantes do Fórum Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional dos Povos Tradicionais de Matriz Africana (FONSAPTMA), do Movimento de Juventude dos Povos Tradicionais de Matriz Africana e da Frente Parlamentar em defesa dos Povos Tradicionais de Matriz África da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul¹⁷.

17. Considerando os fatos narrados e observando as competência regimentais que tem a CDHM de receber, avaliar e investigar denúncias relativas a ameaça ou violação de direitos humanos, de colaborar com entidades da sociedade civil nacionais e internacionais que atuem na defesa dos direitos humanos e de promover a igualdade racial (Regimento Interno da Câmara dos Deputados, art. 32, inciso VIII, alíneas a, c, g), a presidência do colegiado, ao lado dos parlamentares e entidades da sociedade civil subscritos, solicitamos: a) manifestação dessa digna relatoria no sentido de esclarecer quais os parâmetros internacionais devem ser obedecidos e quais estão sendo desrespeitados no caso em questão; e b) confirmação da visita de Vossa Excelência ao Brasil em 2020, a fim de conhecer as situações de violações de direitos humanos reportadas considerando o convite permanente do Estado brasileiro aos procedimentos especiais da ONU.

Cordialmente,

Deputado Helder Salomão
PT/ES

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias
President of the Human Rights and Minorities Committee

¹⁶ <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdhm/noticias/stf-decide-que-sacrificio-de-animais-e-constitucional-cdhm-apoiou-movimentos-sociais-junto-ao-tribunal>

¹⁷ <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdhm/noticias/stf-retoma-julgamento-sobre-sacrificio-de-animais-cdhm-reune-movimentos-sociais-com-o-presidente-do-tribunal-1>



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS
E MINORIAS

Deputado Padre João
PT/MG

1º Vice-Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias
1st President of the Human Rights and Minorities Committee

Deputado Túlio Gadêlha
PDT/PE

2º Vice- Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias
2nd President of the Human Rights and Minorities Committee

Deputado Camilo Capiberibe
PSB/AP

3º Vice-Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias
3rd President of the Human Rights and Minorities Committee

Deputada Benedita da Silva
PT/RJ

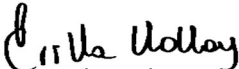
Presidenta da Comissão de Cultura e da Frente Parlamentar Mista Brasil-África com Participação Popular de Enfrentamento ao Racismo
*President of the Culture Committee and of the Parliamentary Front
Brazil-Africa with Popular Participation to Combat Racism*

Deputada Áurea Carolina
PSOL/MG



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS
E MINORIAS

Presidente da Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Povos e Comunidades Tradicionais com
Participação Popular
*President of the Parliamentary Front with Popular Participation in Defense of Traditional Peoples
and Communities*


Deputada Erika Kokay
PT/DF

Presidenta da Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos Humanos e da Frente Parlamentar em
Defesa dos Povos Tradicionais de Matriz Africana
*President of the Parliamentary Front in Defense of Human Rights and of the Parliamentary Front in
Defense of Traditional Peoples of African Descent*


Deputada Joenia Wapichana
REDE/RR

Presidenta da Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Direitos dos Povos Indígenas
President of the Parliamentary Front in Defense of Indigenous Peoples Rights


Deputada Maria do Rosário
PT/RS

Presidenta da Frente Parlamentar Mista de Promoção e Defesa dos Direitos da Criança e do
Adolescente
*President of the Parliamentary Front for the Promotion and Defense of Children and Adolescents
Rights*


Deputada Professora Rosa Neide
PT/MT

Presidenta da Frente Parlamentar em Defesa da Escola Pública e em Respeito ao Profissional da
Educação



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS
E MINORIAS

President of the Parliamentary Front in Defense of the Public School and Respecting the Education Professional

Deputada Talíria Petrone

PSOL/RJ

Presidente da Frente Parlamentar com Participação Popular Feminista e Antirracista
President of the Feminist and Antiracist Parliamentary Front with Popular Participation

Deputado Bira do Pindaré

PSB/MA

Presidente da Frente Parlamentar Mista em Defesa das Comunidades Quilombolas
President of the Parliamentary Front in Defense of Quilombolas Communities

Deputado Marcelo Freixo

PSOL/RJ

Presidente da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Democracia e dos Direitos Humanos com Participação Popular

President of the Parliamentary Front with Popular Participation in Defense of Democracy and Human Rights

Deputado Patrus Ananias

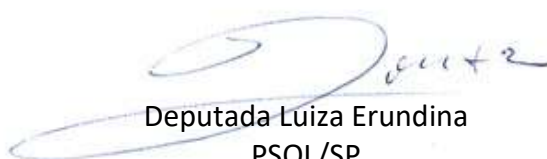
PT/MG

Secretário-Geral da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Soberania Nacional
President of the Parliamentary Front in Defense of National Sovereignty



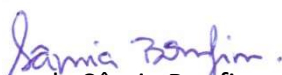
CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS
E MINORIAS

Deputada Fernanda Melchiona
PSOL/RS
Líder do Partido Socialismo e Liberdade
Leader of the Partido Socialismo e Liberdade



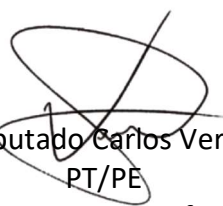
Deputada Luiza Erundina
PSOL/SP

Membro da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Democracia e dos Direitos Humanos com
Participação Popular
Member of the Parliamentary Front with Popular Participation in Defense of Democracy and Human Rights



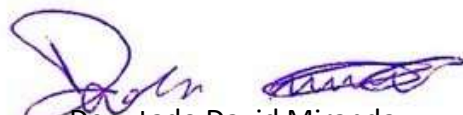
Deputada Sâmia Bonfim

Membro da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Democracia e dos Direitos Humanos com
Participação Popular
Member of the Parliamentary Front with Popular Participation in Defense of Democracy and Human Rights



Deputado Carlos Veras
PT/PE

Membro da Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos Humanos
Member of the Parliamentary Front in Defense of Human Rights



Deputado David Miranda
PSOL/RJ

Membro da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Democracia e dos Direitos Humanos com
Participação Popular



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS
E MINORIAS

Member of the Parliamentary Front with Popular Participation in Defense of Democracy and Human Rights

Deputado Frei Anastácio

PT/PB

Membro da Frente Parlamentar em Defesa dos Povos Tradicionais de Matriz Africana
Member of the Parliamentary Front in Defense of Traditional Peoples of African Descent

Deputado Paulo Teixeira

PT/SP

Membro da Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos Humanos
Member of the Parliamentary Front in Defense of Human Rights

Deputado Valmir Assunção

PT/BA

Membro da Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Povos e Comunidades Tradicionais com Participação Popular
Member of the Parliamentary Front with Popular Participation in Defense of Traditional Peoples and Communities

Deputado Vicentinho

PT/SP

Membro do Parlamento Internacional pela Tolerância e Paz
Member of the International Parliament for Tolerance and Peace

Círculo Palmarino



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS
E MINORIAS

Conectas Direitos Humanos

MNU - Movimento Negro Unificado

Rede de Solidariedade do Distrito Federal

Rede Justiça Criminal

Terreiro Sol do Oriente

Coalizão Negra por Direitos, composed of the following organizations:

ABPN – Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as – Nacional
AfirmAção Rede de Cursinhos Populares – ES
Africanamente Centro de Pesquisa Resgatar Preservação de tradições afrodescendentes – RS
Afro-Gabinete de Articulação Institucional e Jurídica – BA
ALAGBARA – Articulação de Mulheres Negras e Quilombolas do Tocantins
Alma Preta – SP
Amparar – Associação de Amigos e Familiares de Presos – SP
ANEPE – Articulação Negra de Pernambuco
APN's – Agentes de Pastoral Negros – Nacional
Articulação Nacional de Negras Jovens Feministas – ANJF – RJ
Associação de Amigos e Familiares de Pessoas em Privação de Liberdade – MG
Associação de Mulheres Mãe Venina do Quilombo do Curiaú – AP
Associação de Mulheres Negras do Acre
Associação de Sambistas, Terreiros e Comunidades de Samba do Estado de São Paulo – ASTEC
Atinuké – Coletivo sobre o pensamento de Mulheres Negras – RS
Bloco Arrasta-Bloco de Favela – MG
Casa das Pretas – RJ
Casa do Hip Hop Taquaril – SP
CCRIA-LO Comunidade da Compreensão e Restauração Ilê Asé Logun Ede – SP
CCRIAS – SP
CEAP – Centro de Articulação de Populações Marginalizadas – RJ
CECUNE – Centro Ecumênico de Cultura Negra – RS
CEDENPA – Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará
CEERT – Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS
E MINORIAS

Centro de Cultura Negra do Maranhão
Centro de Formação do(a) Negro(a) da Transamazônica e Xingu – PA
Círculo Palmarino - SP
Coletivo de Estudantes Negrxs da UFF – RJ
Coletivo de Juventude Negra Cara Preta – PE
Coletivo de Mães e Familiares de Vítimas do Terrorismo do Estado – BA
Coletivo Luisa Mahin – RJ
Coletivo Luiza Bairros – BA
Coletivo Nacional de Juventude Negra – ENEGRECER
Coletivo NegraSô – Coletivo de alunos negros da PUC-SP
Coletivo Negro Dandara – UNESP/Assis SP
Coletivo Negro Kimpa – Unesp Bauru SP
Coletivo Negro Universitário UFMT – MT
Coletivo Nuvem Negra – RJ
Coletivo Sapato Preto Lésbicas Negras da Amazônia
COMUNEMA – Mulheres Negras Maria Maria – PA
Comunidade Cultural Quilombaque – SP
Comunidade das Águas que se Renovam CAREOS – SP
Comunidade de Roda de Samba Pagode NA Disciplina – SP
Comunidade Terreiro Ilê Ase Iyemonja Omi Olodo – RS
Comunidade Terreiro Ile Açê Omiojuaro – RJ
CONAQ – Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas –
Nacional
Conselho do Povo de Terreiro do Estado do RS
CRENLEGO – Centro de Referência Negra Lélia Gonzales – GO
CRIOLA – RJ
Educafro – Educação e Cidadania de Afrodescendentes e Carentes – Nacional
ENAR – European Network Against Racism – UE
Fórum de Mulheres Negras de Mato Grosso – MT
Fórum Formação Política de Mulheres Negras Marielle Franco – BA (Fórum Marielles de Salvador)
Fórum Nacional de Performance Negra – RJ
Frente de Mulheres Negras do DF e Entorno
Frente Favela Brasil – Nacional
Frente Nacional de Mulheres do Funk – SP
Frente Nacional Makota Valdina – BA
Geledes – SP



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS
E MINORIAS

IBD – Instituto Brasileiro de Diversidade – SP
Ile Ase Omi Ewe Ajase e Caboclo Folha Verde – SP
Ile Aşę Omiojuaro – RJ
Ilê Asé Oya Mesan Orum – SP
Ilê Obá Ketu Axé Omi Nlá – SP
Ilê Qdę Maroketu Àşę Qba – SP
Ilê Omolu Oxum – RJ
Ile Qyá Toningebé Fàrá Gèngbèlé – SP
IMUNE – Instituto de Mulheres Negras – MT
Innpd – Iniciativa Negra por Uma Nova Política Sobre Drogas – Nacional
Instituto Afrolatinas – DF
Instituto AMMA Psique e Negritude – SP
Instituto Búzios – BA
Instituto Búzios – RJ
Instituto de Mulheres Negras do Amapá
Instituto de Referência Negra Peregum – SP
Instituto Equânime Afro Brasil – SP
Instituto Marielle Franco – RJ
Instituto Nangetu de Tradição Afro e Desenvolvimento Social – PA
Instituto Omolara Brasil – SP
Instituto Steve Biko – BA
IROHIN – Centro de Documentação, Comunicação e Memória Afro Brasileira – BA
Kombativa – Cooperativa Social Latinoamericana de Direitos Humanos – SP
Kwe Ceja Togun Hunde – SP
MABE – Movimento dos Atingidos pela Base Espacial de Alcântara – MA
Mahin Organização de Mulheres Negras – BA
Marcha das Mulheres Negras de São Paulo
MNU – Movimento Negro Unificado – Nacional
Movimento Negro Evangélico – PE
Movimento Ser Ògá – SP
MPP – Movimento de Pescador e Pescadora de Ilha de Maré – BA
Mulheres de Axé do Brasil – MG
NESEN/UFF – Núcleo de Estudos sobre Saúde e Etnia Negra/Universidade Federal Fluminense
Nós Temos Um Sonho – #NTUS – MG
Núcleo de Estudos Africanos e Afro-brasileiros – NEAB/UFABC SP
Núcleo Estadual de Mulheres Negras do Espírito Santo



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS
E MINORIAS

Ocupação Cultural Jeholu – SP
ONDJANGO – Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros – RJ
Organização de Mulheres Negras Ativas – MG
Organização Luiza Mahin – BA
Pretas em Movimento – MG
Pré-Vestibular Popular +Nos – RJ
Proceso de Comunidades Negras em Colombia
PVNC – Pré-Vestibular para Negros e Carentes – RJ
Quilombo Rio dos Macacos – BA
Rede de Historiadorxs Negrxs – Nacional
Rede de Mulheres Negras – PA
Rede de Mulheres Negras de Alagoas
Rede de Mulheres Negras de Pernambuco
Rede Nacional de Negras e Negros LGBT
Rede Sapatá – PE
Rede Ubuntu de Educação Popular – SP
RENAFRO – Rede Nacional de Religiões Afro Brasileiras e Saúde – Nacional
Sociedade Protetora dos Desvalidos – SPD – BA
Terreiro do Cobre – BA
Toco Filmes – SP
UNEafro Brasil – Nacional
UNEGRO – União de Negros pela Igualdade – Nacional